



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Estado dos Direitos**  
**da Pessoa com Deficiência**

FL 1

RB JP

**TERMO DE CONTRATO**

PROCESSO SEDPcD n° 99959/2018  
PREGÃO ELETRÔNICO C.G. n° 012/2018  
CONTRATO SEDPcD n° 002/2019

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E FAGORBRAS COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE COZINHAS PROFISSIONAIS LTDA - EPP, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MONTAGEM DE COZINHA INDUSTRIAL, INCLUINDO INSTALAÇÃO, MONTAGEM E TODAS AS ADEQUAÇÕES FÍSICAS CIVIS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS PARA O FUNCIONAMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS, INCLUIDO TODOS OS ACESSÓRIOS E PEÇAS PARA A INSTALAÇÃO.

O Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado dos direitos da Pessoa com Deficiência, doravante designado(a) "CONTRATANTE", neste ato representado pelo Senhor Ricardo Geciauskas, Chefe de Gabinete., RG n° 29.011.555-3 e CPF n° 289.579.518-37, no uso da competência conferida pelo Decreto-Lei Estadual n° 233, de 28 de abril de 1970, e FAGORBRAS COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE COZINHAS PROFISSIONAIS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n° 02.452.697/0001-67, com sede à Avenida Roberto Gordon, 171, sala 03, bloco 03, Vila Nogueira, Diadema, SP, CEP 09990-090, a seguir denominada "CONTRATADA", neste ato representada pelo Senhor(a) Nelson Ferraz Cury, Sócio Administrador, portador do RG n° 2.055.543 SSP-SP e CPF n° 005.509.658-15, em face da adjudicação efetuada no Pregão Eletrônico indicado em epígrafe, celebram o presente TERMO DE CONTRATO, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal n° 10.520/2002, no Decreto Estadual n° 49.722/2005 e pelo regulamento anexo à Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal n° 8.666/1993, do Decreto Estadual n° 47.297/2002, do regulamento anexo à Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente instrumento **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MONTAGEM DE COZINHA INDUSTRIAL, INCLUINDO INSTALAÇÃO, MONTAGEM E TODAS AS ADEQUAÇÕES**



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Estado dos Direitos**  
**da Pessoa com Deficiência**

FL. 1106  
RB. [assinatura]

FÍSICAS CIVIS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS PARA O FUNCIONAMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS, INCLUÍDO TODOS OS ACESSÓRIOS E PEÇAS PARA A INSTALAÇÃO – LOTES 1 e 2, conforme detalhamento e especificações técnicas constantes do Termo de Referência, da proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do presente ajuste será de 90 (noventa) dias, com início em 24/01/2019 e término em 23/04/2019, podendo ser prorrogado mediante a celebração de Termo Aditivo nas hipóteses previstas no artigo 57, §1º, da Lei Federal nº 8.666/1993, mediante justificativa prévia e por escrito nos autos do processo administrativo.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

À CONTRATADA, além das obrigações constantes do Termo de Referência, que constitui Anexo I do Edital indicado no preâmbulo, e daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitações, cabe:

I - zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;

II - designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o CONTRATANTE;

III - responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/1993;

IV - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste termo;

V - dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE de qualquer anormalidade que verificar na execução do contrato;

VI - prestar ao CONTRATANTE, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre a execução do contrato;

VII - responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução do contrato;

VIII - manter seus empregados identificados por meio de crachás, com fotografia recente.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A CONTRATADA não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Estado dos Direitos**  
**da Pessoa com Deficiência**

FL 1107  
RB [assinatura]

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, a CONTRATADA se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as seguintes:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

O descumprimento das obrigações previstas nos Parágrafos Primeiro e Segundo desta Cláusula Terceira poderá submeter a CONTRATADA à rescisão unilateral do contrato, a critério da CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei Federal nº 12.846/2013 e o Decreto Estadual nº 60.106/2014.



**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

Ao CONTRATANTE cabe:

I – indicar formalmente o servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do ajuste e, ainda, pelos contatos com a CONTRATADA;

II – fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessários à execução do objeto do contrato;

III - efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste ajuste;

**IV - permitir aos técnicos e profissionais da CONTRATADA acesso às áreas físicas envolvidas na execução deste contrato, observadas as normas de segurança;**

**CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O CONTRATANTE exercerá a fiscalização contratual por intermédio do gestor do contrato, de modo a assegurar o efetivo cumprimento das obrigações ajustadas.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A fiscalização não exclui e nem reduz a integral responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado, inexistindo, em qualquer hipótese, corresponsabilidade por parte do CONTRATANTE.

**PARAGRAFO SEGUNDO**

A ausência de comunicação, por parte do CONTRATANTE, referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA do regular cumprimento das obrigações previstas neste contrato e no Anexo I do Edital.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

O objeto, será recebido provisoriamente em até **10 (dez) dias úteis**, contados da data da entrega dos bens, acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura.

**PARAGRAFO PRIMEIRO**

Por ocasião da entrega, a CONTRATADA deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Segurança Pública, ou documento equivalente, do servidor do CONTRATANTE responsável pelo recebimento.

**PARAGRAFO SEGUNDO**

Constatadas irregularidades no objeto contratual, o CONTRATANTE poderá:

I. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis. Na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do CONTRATANTE, no prazo





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Secretaria de Estado dos Direitos  
da Pessoa com Deficiência

FL. 1109  
RB. [Handwritten signature]

máximo de **05 (cinco) dias**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

II. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis. Na hipótese de complementação, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do CONTRATANTE, no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

**PARAGRAFO TERCEIRO**

O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de **10 (dez) dias úteis** após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante "Termo de Recebimento Definitivo" ou "Recibo", firmado pelo servidor responsável.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS**

**A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste contrato pelo valor total de R\$ 885.000,00 (oitocentos e oitenta e cinco mil reais), conforme a seguir:**

**LOTE 1 - EQUIPAMENTOS**

SUBITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.1	PICADOR DE CARNES	1	3.130,00	3.130,00
1.2	DESCASCADOR DE TUBÉRCULOS	1	3.966,33	3.966,33
1.3	PROCESSADOR DE VEGETAIS	1	4.800,00	4.800,00
1.4	EXTRATOR DE SUCO EM INOX	1	800,00	800,00
1.5	LIQUIDIFICADOR - CAPACIDADE 4 LITROS	2	1.036,79	2.073,58
1.6	LIQUIDIFICADOR BASCULANTE 25L	1	1.932,96	1.932,96
1.7	BATEDEIRA DE MASSAS	1	11.402,00	11.402,00
1.8	CORTADOR DE FRIOS SEMI-AUTOMÁTICO	1	6.200,00	6.200,00
1.9	MÁQUINA DE CAFÉ AUTOMÁTICA 20L	2	2.620,66	5.241,32
1.10	MÁQUINA DE LAVAR LOUÇAS	1	58.308,69	58.308,69



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Secretaria de Estado dos Direitos  
da Pessoa com Deficiência

FL. 1110

RB. *[Handwritten Signature]*

1.11	RESFRESQUEIRA PARA REFRIGERAÇÃO	2	2.612,15	5.224,30
1.12	BALANÇA PLATAFORMA DIGITAL COM VISOR EXTERNO	1	1.321,45	1.321,45
1.13	PRÉ-WASHER MISTURADOR DE PAREDE	3	1.718,95	5.156,85
1.14	CONJUNTO DE HIGIENIZAÇÃO DE 20m	4	270,48	1.081,92
1.15	ESTRADO EM POLIETILENO	10	176,08	1.760,80
1.16	PALLET VAZADO EMPILHÁVEL	2	122,12	244,24
1.17	BALANÇA DIGITAL DE MESA COM CAPACIDADE 15kg COM VISOR DUPLO	2	808,87	1.617,74
1.18	CONJUNTO DE HIGIENIZAÇÃO DE 2m	2	270,48	540,96
1.19	PRÉ-WASHER MISTURADOR DE BANCADA	2	1.526,00	3.052,00
1.20	CONJUNTO PARA MOPP COMPOSTO	4	727,02	2.908,08
1.21	FRITADEIRA A GAS COM CONTROLE DIGITAL 400x785x1160mm	1	7.953,84	7.953,84
1.22	FORNO COMBINADO A GAS 10 GNS	1	83.246,80	83.246,80
1.23	FORNO COMBINADO A GAS 20 GNS	1	135.053,20	135.053,20
1.24	FORNO ELÉTRICO AUTOLIMPANTE 46L	1	1.507,00	1.507,00
1.25	COOKTOP DE EMBUTIR 5 BOCAS	1	640,00	640,00
1.26	RESFRIADOR RÁPIDO 4 CICLOS PADRÃO	1	33.835,94	33.835,94
<b>SUBTOTAL LOTE 1</b>				<b>383.000,00</b>

**LOTE 2 - MOBILIÁRIO**

SUBITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2.1	ESTANTE INOX LISA COM 04 PLANOS LISO	17	590,00	10.030,00
2.2	LAVATÓRIO DE MÃOS EM AÇO INOX 500x400x200	7	834,00	5.838,00
2.3	SUPORTE PARA ROLO DE FITA FILME	5	185,00	925,00





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Secretaria de Estado dos Direitos  
da Pessoa com Deficiência

FL 1.119

RB

2.4	RECIPIENTE EM AÇO INOX PARA LIXO COM TAMPA E PEDAL	6	944,00	5.664,00
2.5	CHASSIS PARA 1 COLUNA DE CAIXAS PLÁSTICAS COM PUXADOR 615x415x204mm	2	720,00	1.440,00
2.6	RECIPIENTE EM AÇO INOX PARA LIXO COM TAMPA SOLTA	4	795,00	3.180,00
2.7	PASS THROUGH AQUECIDO VERTICAL 2 PORTAS 700x880x2050mm	4	5.500,00	22.000,00
2.8	PASS THROUGH REFRIGERADO 2 PORTAS 700x880x2050mm	2	11.860,00	23.720,00
2.9	ESTANTE COM 4 PLANOS GRADEADOS SOBRE RODAS 1000x550x1600mm	6	1.310,00	7.860,00
2.10	CARRO EM AÇO INOX COM 2 PLANOS 900x500x900mm	3	988,95	2.966,85
2.11	CARRO PLATAFORMA CAPACIDADE 500kg 900x600x220/900mm	1	906,80	906,80
2.12	CALDEIRÃO À GÁS MODULAR CAPACIDADE 180L	1	12.879,80	12.879,80
2.13	FOGÃO À GÁS DE ENCOSTO COM 6 QUEIMADORES DUPLOS E 6 GRELHAS 1900x1300x600mm	1	4.828,96	4.828,96
2.14	FRIGIDEIRA BASCULANTE A GAS 75L	1	12.500,00	12.500,00
2.15	FOGÃO ELÉTRICO C/ 2 PLACAS AQUECEDORAS 495x310x110mm	1	1.370,00	1.370,00
2.16	MESA EM AÇO INOX COM 01 CUBA 600x500x300mm	5	2.452,81	12.264,05
2.17	BALCÃO EM AÇO INOX COMPOSTO 2050x700x900	2	8.161,18	16.322,36
2.18	MESA LISA EM AÇO INOX 1350x700x900mm	2	1.770,00	3.540,00
2.19	MESA EM AÇO INOX COM 02 CUBAS 600x500x300mm	1	3.000,00	3.000,00
2.20	BALCÃO REFRIGERADO COM CUBA 400x340x170mm	3	9.681,53	29.044,59
2.21	BALCÃO REFRIGERADO COM CUBA 500x400x200	1	12.000,00	12.000,00
2.22	MESA DE CLASSIFICAÇÃO LISA EM AÇO INOX COM FUNIL P DETRITO 2000x700x900mm	1	1.930,00	1.930,00
2.23	MESA DE ENTRADA DA MÁQUINA DE LAVAR LISA EM AÇO INOX 2500x700x900mm	1	3.150,00	3.150,00
2.24	MESA DE SAÍDA DA MÁQUINA DE LAVAR 1500x650x900mm	1	2.558,43	2.558,43
2.25	PISTA REFRIGERADA EM VIDRO TEMPERADO DE EMBUTIR COMPRESSOR COMERCIAL 3/4 2030x570x575mm	2	7.762,97	15.525,94



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Estado dos Direitos**  
**da Pessoa com Deficiência**

FL. 1.112  
RB                     

2.26	PISTA REFRIGERADA EM VIDRO TEMPERADO DE EMBUTIR COMPRESSOR COMERCIAL 1/3 1280x570x575mm	2	7.227,26	14.454,52
2.27	PISTA REFRIGERADA EM VIDRO TEMPERADO DE EMBUTIR COMPRESSOR COMERCIAL 1/4 1000x570x575mm	1	10.890,00	10.890,00
2.28	PISTA AQUECIDA EM VIDRO TERMOELÉTRICO DE EMBUTIR	6	1.670,00	10.020,00
2.29	PISTA AQUECIDA EM VIDRO TERMOELÉTRICO DE SOBREPOR 700x570x35mm	2	5.030,00	10.060,00
2.30	PROTETOR SALIVAR FRIO 2200x650x580mm	2	3.490,00	6.980,00
2.31	PROTETOR SALIVAR FRIO 1460x650x580mm	2	2.244,69	4.489,38
2.32	PROTETOR SALIVAR QUENTE 1500w	2	4.097,41	8.194,82
2.33	MANTA DE SILICONE DE PROTEÇÃO 600x310x8mm	16	385,01	6.160,16
2.34	LUMINÁRIA AQUECEDORA COM 2 SPOTS 223x200x453	2	1.300,00	2.600,00
2.35	PRATELEIRA LISA EM AÇO INOX 1550X350mm	1	483,51	483,51
2.36	CONJUNTO DE PRATELEIRA LISA EM AÇO INOX 1450x500 E 800x300	1	600,00	600,00
2.37	PRATELEIRA LISA EM AÇO INOX 1800x350	3	525,77	1.577,31
2.38	PRATELEIRA EM AÇO INOX 2000x350	2	627,48	1.254,96
2.39	CONJUNTO DE PRATELEIRA LISA EM AÇO INOX 2850x400x700mm	1	480,40	480,40
2.40	PRATELEIRA TUBULAR EM AÇO INOX 3000x350mm	1	615,00	615,00
2.41	PRATELEIRA TUBULAR EM AÇO INOX 4500x350mm	1	930,00	930,00
2.42	GUICHÊ EM AÇO INOX COM 3 PLANOS SEM LATERAIS	1	1.321,46	1.321,46
2.43	REFRIGERADOR VERTICAL EM AÇO INOX 700x880x2050mm	1	9.433,17	9.433,17
2.44	VITRINE GRAB & GO REFRIGERADA 1000x680x1260	1	9.500,00	9.500,00
2.45	RECICLADORA DE RESÍDUOS ORGÂNICOS	1	70.510,53	70.510,53
2.46	MINI-CÂMARA CONGELADA 2000x730x2050mm	6	15.000,00	90.000,00





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Estado dos Direitos**  
**da Pessoa com Deficiência**

FL 1.113  
RB [assinatura]

2.47	MINI-CÂMARA RESFRIADA 2000x730x2050mm	2	13.000,00	26.000,00
SUBTOTAL LOTE 2				502.000,00
TOTAL (LOTE 1 + LOTE 2)				885.000,00

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Nos preços acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionados ao fornecimento, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte, instalação e outros.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Caso a CONTRATADA seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedida de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

**PARAGRAFO TERCEIRO**

Os preços contratados permanecerão fixos e irredutíveis.

**CLAUSULA OITAVA –DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

No presente exercício as despesas decorrentes desta contratação irão onerar o **crédito orçamentário UGE 470101, de classificação funcional programática 14.422.4702.6253.0000 e categoria econômica 449052**, provenientes do Contrato de Repasse nº 1002.273-50/2012- SICONV nº 779195/2012 - Objeto: Implementação e Construção do Centro Paraolímpico – Centro Integrado de Avaliação da Condição Funcional do Atleta Paraolímpico

**CLÁUSULA NONA – DOS PAGAMENTOS**

**Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo da CONTRATANTE, à vista do respectivo “Termo de Recebimento Definitivo” ou “Recibo”, em conformidade com a Cláusula Sexta deste instrumento.**

**PARAGRAFO PRIMEIRO**

As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em **30 (trinta) dias** após a data de sua apresentação válida.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Estado dos Direitos**  
**da Pessoa com Deficiência**

FL 1.114  
RB [assinatura]

**PARAGRAFO SEGUNDO**

Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da contratada no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais–CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela contratada, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799/2008.

**PARAGRAFO TERCEIRO**

Os pagamentos serão feitos mediante crédito em conta corrente em nome da contratada.

**PARAGRAFO QUARTO**

Havendo atraso nos pagamentos, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

**PARÁGRAFO QUINTO**

**O recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN deverá ser feito em consonância com o artigo 3º e demais disposições da Lei Complementar Federal nº 116/2003, e respeitando as seguintes determinações:**

**I - Quando da celebração do contrato, a CONTRATADA deverá indicar a legislação municipal aplicável aos serviços por ela prestados, relativamente ao ISSQN, esclarecendo, expressamente, sobre a eventual necessidade de retenção do tributo, pelo tomador dos serviços;**

**II - Caso se mostre exigível, à luz da legislação municipal, a retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:**

**a) O CONTRATANTE, na qualidade de responsável tributário, deverá reter a quantia correspondente do valor da nota-fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente apresentada e recolher a respectiva importância em nome da CONTRATADA no prazo previsto na legislação municipal.**

**b) Para tanto, a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, a título de “RETENÇÃO PARA O ISS” ao emitir a nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente. Considera-se preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução.**

**III - Caso, por outro lado, não haja previsão de retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:**

**a) A CONTRATADA deverá apresentar declaração da Municipalidade competente com a indicação de sua data-limite de recolhimento ou, se for o caso, da condição de isenção;**

**b) Mensalmente a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de recolhimento do ISSQN por meio de cópias autenticadas das guias correspondentes ao serviço executado e deverá estar referenciado à data de emissão da nota fiscal, fatura ou documento de cobrança equivalente;**





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Estado dos Direitos**  
**da Pessoa com Deficiência**

FL 1.115  
RB A

c) Caso, por ocasião da apresentação da nota fiscal, da fatura ou do documento de cobrança equivalente, não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do ISSQN, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a CONTRATADA apresentar a documentação devida quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.

d) a não apresentação dessas comprovações assegura ao CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DA QUANTIDADE DO OBJETO CONTRATADO**

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada pela celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

O contrato poderá ser rescindido, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 e 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, se vier a praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A sanção de que trata o *caput* desta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas no **Anexo IV** do Edital indicado no preâmbulo deste instrumento, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço [www.esancoes.sp.gov.br](http://www.esancoes.sp.gov.br), e também no “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Estado dos Direitos**  
**da Pessoa com Deficiência**

FL 1.116  
RB [assinatura]

As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

O CONTRATANTE reserva-se no direito de descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas contratuais, ou, quando for o caso, efetuará a cobrança judicialmente.

**PARÁGRAFO QUARTO**

A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/ 2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**1 - Após a adjudicação do objeto do certame e até a data da contratação, a licitante vencedora deverá prestar garantia de execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.**

**a) A não prestação da garantia de execução equivale à recusa injustificada para celebrar a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando a licitante vencedora às sanções previstas neste Edital e demais normas pertinentes.**

**2- Modalidades. A licitante vencedora poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:**

**a) Dinheiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor da Unidade Compradora no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado.**

**b) Títulos da dívida pública. Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.**

**c) Fiança bancária. Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.**

**d) Seguro-garantia. A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 13.3 do Edital. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, a licitante vencedora poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados no item 13.3 do Edital.**





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Estado dos Direitos**  
**da Pessoa com Deficiência**

FL 1.117  
RB [assinatura]

3 - A garantia de execução assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;
- b) prejuízos diretos causados à Unidade Compradora decorrentes de culpa ou dolo da contratada durante a execução do objeto do contrato;
- c) multas, moratórias e compensatórias, aplicadas pela Unidade Compradora à contratada; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias relacionadas ao contrato não adimplidas pela contratada, quando couber.

4 - Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

- a) Caso fortuito ou força maior;
- b Descumprimento das obrigações pela contratada decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente à Unidade Compradora.

5 - A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período mínimo de três meses após o término da vigência contratual. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que o sinistro seja comunicado pela Unidade Compradora após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia;

6 - No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação dos prazos de execução, a garantia deverá ser readequada nas mesmas condições. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, a contratada deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada pela Unidade Compradora para fazê-lo.

7 - Decorrido o prazo de validade da garantia, e desde que constatado o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, esta será considerada extinta com a devolução da apólice, da carta-fiança ou com a autorização concedida pela Unidade Compradora para que a contratada realize o levantamento do depósito em dinheiro.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

Fica ajustado, ainda, que:

I. Consideram-se partes integrantes do presente Termo de Contrato, como se nele estivessem transcritos:

- a. o Edital mencionado no preâmbulo e seus anexos.
- b. a proposta apresentada pela CONTRATADA;

II. Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições normativas indicadas no preâmbulo deste Termo de Contrato e demais disposições regulamentares pertinentes.

III. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo de Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Secretaria de Estado dos Direitos**  
**da Pessoa com Deficiência**

FL 1.118  
RB [assinatura]

vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de Direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, 23 de janeiro de 2019.

[assinatura]  
SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS  
DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA  
RICARDO GECIAUSKAS  
Chefe de Gabinete

[assinatura]  
FAGORBRAS COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE  
COZINHAS PROFISSIONAIS LTDA – EPP  
NELSON FERRAZ CURY  
Sócio Administrador

TESTEMUNHAS:

[assinatura]  
Nome: ROINALDO XAVIER MONTANA  
RG: 42.898.394-7  
CPF: 352.442.068-00

[assinatura]  
Nome: MARCIO RICARDO NOR  
RG: 24.332.213-5  
CPF: 166.553.428-93

*[Stamp: COZINHAS PROFISSIONAIS LTDA - EPP]*

[assinatura]